

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1755887 - PR (2018/0185928-7)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : RENATO BARROS DA SILVA
ADVOGADO : BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA - PR048250
AGRAVADO : MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A
ADVOGADOS : MILTON LUIZ CLEVE KUSTER - PR007919
RAFAELA POLYDORO KUSTER - PR045057
MARIANA CAVALLIN XAVIER - PR054323

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SEGURO DPVAT. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DECISÃO FAVORÁVEL AO RECORRENTE. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. PRETENSÃO DE AFASTAMENTO DA SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. ARGUMENTOS TRAZIDOS APENAS NO AGRAVO INTERNO. INOVAÇÃO RECURSAL. PRECLUSÃO. MULTA PREVISTA NO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015. DESCABIMENTO. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A decisão monocrática proferida por esta relatoria foi favorável ao ora agravante quanto à utilização da equidade para a fixação dos honorários sucumbenciais, razão pela qual não se vislumbra nenhum interesse recursal da parte nesse ponto.
2. É vedado ao recorrente, nas razões do agravo interno, apresentar tese que não foi alegada no momento da interposição do recurso especial, ante a ocorrência da preclusão.
3. Esta Corte Superior tem entendido que o mero não conhecimento ou a improcedência do agravo interno não enseja a necessária imposição da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, sendo imperioso para tal que seja nítido o descabimento do recurso, o que não se verifica na espécie.
4. Agravo interno não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 30 de março de 2020 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator